

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.500 - PR (2018/0300291-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : MANOEL DO AMARAL
ADVOGADOS : PAULO MORELI - PR013052
MAURO ALEXANDRE ARAUJO KRAISMANN E OUTRO(S) -
PR037078
AGRAVADO : BANCO REAL S/A
ADVOGADO : RICARDO CHIAVEGATTI E OUTRO(S) - SP183217

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRAZO PRESCRICIONAL. QUESTÃO QUE NÃO FOI ENFRENTADA NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS ACOLHIDOS APENAS COM FINS ACLARATÓRIOS, MANTIDA A CONCLUSÃO DO JULGADO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por Manoel do Amaral contra a decisão de fls. 534-540 (e-STJ), a qual deu provimento ao seu recurso especial, restabelecendo a sentença de procedência do pedido de prestação de contas deduzido em desfavor de Banco Real S.A. – que foi sucedido por Banco Santander (Brasil) S.A. –, em relação aos últimos 3 (três) anos.

Alega o agravante que o prazo prescricional trienal é o previsto para a prestação de contas da administração (art. 122, III, da Lei n. 6.404/1976), não sendo aplicável, portanto, ao caso *sub judice* que envolve direito do acionista e dever da empresa de informar o valor dos dividendos devidos referentes a ações nominativas, bem como onde foram creditadas tais importâncias. Por isso, sustenta que a controvérsia envolve direito de natureza pessoal, submetido ao lapso prescricional de 20 (vinte) anos, nos termos do art. 177 do CC/1916.

Impugnação apresentada às fls. 551-555 (e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Em observância aos princípios da economia processual, da celeridade processual e da fungibilidade recursal, recebo o presente agravo interno como embargos de declaração e passo ao seu julgamento.

Na origem, o ora recorrente ingressou com ação em desfavor de Banco Real S.A. – que foi sucedido por Banco Santander (Brasil) S.A. –, objetivando compelir a instituição financeira a prestar contas referentes aos dividendos decorrentes das ações de sua titularidade.

Em primeiro grau, o pedido foi julgado procedente, com a determinação de prestação das referidas contas, no prazo de 5 (cinco) dias, "em relação aos dividendos das ações indicadas na inicial" (e-STJ, fl. 131), ressalvado o período atingido pela prescrição trienal.

Ambas as partes apelaram (e-STJ, fls. 138-150 e 184-190), tendo sido provido pelo Tribunal de Justiça do Paraná apenas o recurso do réu, a fim de decretar a extinção da ação, sem julgamento do mérito, ante a ilegitimidade ativa *ad causam*, ficando prejudicado o recurso do autor (e-STJ, fls. 279-287).

Irresignado, o demandante interpôs recurso especial, sob a alegação de ofensa aos arts. 1.022, II, do CPC/2015; e 122, III, da Lei n. 6.404/1976, sustentando, em síntese: **a)** ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem ao deixar de se manifestar acerca de questão imprescindível ao correto deslinde da controvérsia; e **b)** que detém legitimidade para propor ação a fim de compelir o banco a prestar contas referentes às suas ações nominais e preferenciais, especialmente no tocante ao pagamento de dividendos anuais a que faz jus.

O apelo especial foi provido pela decisão ora embargada para "restabelecer a sentença de procedência do pedido" (e-STJ, fl. 539).

Logo, embora o ora recorrente sustente, no presente arrazoado, a necessidade de subsunção do caso ao prazo prescricional de 20 (vinte) anos, trata-se de questão que não foi devolvida ao conhecimento deste Tribunal nas razões de recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial, que se limitaram à alegação de omissão do acórdão estadual, bem como à sustentação de sua legitimidade ativa para a propositura da ação.

Como se sabe, o recurso especial também está jungido ao princípio da devolutividade (*tantum devolutum quantum appellatum*), de modo que não pode ser submetida à apreciação do Superior Tribunal de Justiça matéria que não tenha sido invocada pelas partes em suas razões recursais, ainda que se trate de questão de ordem pública.

No caso, toda a fundamentação desenvolvida na decisão embargada foi no sentido de reconhecer a obrigação do Banco de "prestar contas e esclarecer se foram ou não creditados os dividendos às 11.448 (onze mil, quatrocentos e quarenta e oito) ações nominais e preferenciais que o recorrente possui" (e-STJ, fl. 538).

Sob esse enfoque, a referência feita ao lapso temporal trienal foi apenas para justificar que a sentença de procedência do pedido estava sendo restabelecida em todos os seus termos, não devendo, por isso, ser interpretada como tese que estava sendo decidida por este relator, pois, como ressaltado linhas atrás, cuida-se de matéria que não foi veiculada nas razões do recurso especial, e, por esse motivo, não poderia nem mesmo ser conhecida.

Ante o exposto, aplicando o princípio da fungibilidade ao caso, conheço dos presentes embargos de declaração, apenas com fins aclaratórios, sem modificação da conclusão do julgado.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator